

Parecer nº 115/99

Data: 1999.07.14

Processo nº 649

Reclamante: Alfredo Alves Fernandes

Entidade reclamada: Câmara Municipal de Proença-a-Nova

1. Alfredo Alves Fernandes veio solicitar à CADA informação sobre se tem ou não direito de acesso a informação sobre a situação de um funcionário autárquico, 1º oficial administrativo, que, indevidamente promovido e mais tarde despromovido terá estado “mais de cinco anos a ocupar o lugar de chefe de secção”, sem que “tivesse reposto um tostão da diferença de vencimentos”.

O requerente encontra no quadro assim sumariado uma homologia parcial com situação que o envolve : tendo sido subido de escalão, por lapso dos serviços, foi mais tarde informado da correcção do lapso . Ao invés, porém, do que julga ter ocorrido com o seu colega, foi também informado da necessidade de repor “quase duas centenas de contos” indevidamente recebidos.

2. Não cabendo à CADA exercer funções de consulta jurídica, os termos em que o requerimento se encontra formulado poderiam levar à conclusão de que o pedido extravasa as competências da Comissão .

Atentando, porém, no documento remetido em anexo (cópia do requerimento dirigido ao Presidente da câmara municipal de Proença-a-Nova) é patente que a carta dirigida à CADA deve ter-se por um reclamação contra o indeferimento tácito de requerimento de emissão de:

- a) certidão de eventual notificação a um funcionário para devolução da diferença de vencimento entre o cargo que devia exercer e o que por lapso ocupou;
 - b) certidão comprovativa da devolução da diferença.
3. Nos termos da LADA (art. 15º), a entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento deve, no prazo de 10 dias:

- a) Comunicar a data, local e modo para se efectivar a consulta, efectuar a reprodução ou obter a certidão;
- b) Indicar, nos termos do artigo 268º, nº 2, da Constituição e LADA, as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido;
- c) Informar que não possui o documento e, se for do seu conhecimento, qual a entidade que o detém ou remeter o requerimento a esta, comunicando o facto ao interessado.
- d) Enviar ao requerente cópia do pedido, dirigido à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, para apreciação da possibilidade de acesso à informação registada no documento visado.

Se a Administração nada comunicar ao requerente no prazo de 35 dias, o pedido considera-se tacitamente indeferido (art. 15º/3).

No caso vertente foi exactamente o que ocorreu.

- 4. Os dados meramente descritivos das expressões pecuniárias da relação jurídica de emprego público são objecto de publicidade geral e, em concreto, não assumem carácter nominativo no sentido do artigo 4º, nº 1 da Lei nº 65/93 de 26 de Agosto (LADA).
- 5. A CADA considera, assim, que o acesso pode ser concedido nos termos e para os efeitos da LADA.

Lisboa, 14 de Julho de 1999.

José Magalhães (Relator) – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)